ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

| | |
|---|---|
| **Título do capítulo** | APRESENTAÇÃO |
| **Autor** | André Tortato Rauen |
| **DOI** | http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-046-2/apresentacao |
| **Título do livro** | COMPRAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO NO BRASIL: NOVAS POSSIBILIDADES LEGAIS |
| **Organizador** | André Tortato Rauen |
| **Volume** | - |
| **Série** | - |
| **Cidade** | Brasília |
| **Editora** | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) |
| **Ano** | 2022 |
| **Edição** | - |
| **ISBN** | 978-65-5635-046-2 |
| **DOI** | http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-046-2 |


© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

*While explicit innovation budgets are often housed in a department/ministry of innovation or industry, innovation needs to be part of how government operates every day – including how it purchases goods and services across all its departments. This allows innovation to trickle through the procurement budgets, which might be four times as large in one department as the entire innovation budget among departments.*

Mariana Mazzucato

# APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa encerra um ciclo de estudos sobre o poder de compra do Estado como indutor da inovação privada. O primeiro trabalho, *Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil*, lançado ainda em 2018, tinha por objetivo apresentar a racionalidade econômica e iniciar os debates sobre o tema no país.

Como fruto desse primeiro esforço, em 2019, foi lançado o segundo livro em coautoria com Caio Márcio Melo Barbosa e intitulado *Encomendas tecnológicas no Brasil: guia geral de boas práticas*, que, atendendo a uma demanda historicamente reprimida, apresentou aos executores da política de inovação uma orientação geral de como utilizar esse novo e poderoso instrumento. Importante mencionar que este guia serviu de base para o processo de negociação, aquisição e transferência de tecnologia da principal vacina empregada no enfrentamento da covid-19 no Brasil.

Neste terceiro e último livro, procurou-se apresentar e discutir as novas possibilidades legais trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos, pelo marco legal das *startups* e pela nova redação da Lei de Inovação, mas não só isso. Ao fazê-lo, quer se estimular o uso conjunto destes diferentes instrumentos entre si e com os mecanismos que atuam pelo lado da oferta, como bolsas de pesquisa, subvenção e crédito.

A ideia central aqui é a de que, pela primeira vez, o Brasil possui um conjunto robusto de instrumentos de política de inovação que atuam tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda. Além disso, estes instrumentos podem ser combinados no sentido de aumentar os impactos da política de inovação.

No que diz respeito às compras públicas, o desenvolvimento tecnológico é meio, e não fim. A racionalidade, portanto, é a de resolver um problema concreto, seja particular da instituição que adquire, seja da sociedade como um todo (forma catalítica).

Sendo assim, todo processo de aquisição parte de um problema concreto que se quer resolver. A partir dele, desenha-se a aquisição que irá buscar estimular, ao máximo, a criatividade dos potenciais fornecedores e a mobilização da sociedade em torno do problema.

Este livro também marca a consolidação de uma nova geração de gestores públicos, operadores do direito e controladores que atuam na execução da política de inovação. Ao todo, esta publicação conta com 28 autores das mais diversas formações e atuações profissionais. Estudiosos que têm dedicado suas vidas a transformar a realidade concreta da sociedade por meio do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Justamente por esse motivo, aceitaram participar deste projeto.

O resultado final de todo esse trabalho é uma publicação de cunho prático que procura resolver questões concretas de gestão mediante cuidadosa descrição da mecânica econômica e jurídica do instrumento. Logo, é um livro pensado para aqueles que efetivamente atuam na execução da política de inovação.

Dessa maneira, as autoras e os autores procuraram explicar ao leitor sua interpretação da lógica e mecânica de funcionamento dos instrumentos no sentido de permitir que os próprios operadores possam inferir sobre a realidade concreta. Isso nos pareceu mais adequado do que definir *a priori* limites específicos de uso para cada instrumento.

Por sua vez, esta obra faz extenso uso de casos concretos para ilustrar os argumentos, sem com isso querer limitar sua aplicação. Os inúmeros *boxes* que aparecem ao longo de todos os capítulos são, em realidade, uma elegante saída metodológica para transmitir conceitos e suas implicações.

Ao todo, o livro é composto por treze capítulos que abordam desde questões teóricas e estatísticas até os novos instrumentos de compras públicas para inovação propriamente ditos. Além disso, os temas perpassam os elementos de controle, bem como as novas formas de uso de instrumentos tradicionais. Com este livro, espera-se completar um ciclo de pesquisa e definir os instrumentos que utilizam o poder de compra do Estado para fomentar a inovação, tal como estabelecido no inciso XIII do art. 1º da Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004).

O organizador